



AUTOS Nº 0008491-46.2018.8.16.0130

EXEQUENTE: PRISCILA MARIA DOS SANTOS - CPF: 081.531.289-06

EXECUTADO: ESPÓLIO DE HENRIQUE DE SOUZA MORANGUEIRA – CPF 138.982.649-04

EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO

O MM. Juiz MARCELO TORRES LIBERATI, na forma da lei, faz saber ao(s) Executado(s) e demais interessados, que foi designada a alienação judicial do bem abaixo descrito, nas seguintes condições:

LEILÃO: O leilão será realizado em 1ª praça em 18/07/2024 - 15:00h e 2ª praça em 15/08/2024 - 15:00h, no primeiro leilão serão aceitos lances igual ou superior a 100% (cem por cento) da avaliação, que pode ser parcelado (50% à vista e o restante em até 6 vezes) do valor atualizado da avaliação. Caso não haja licitante, será realizado o segundo leilão, ocasião que será aceito lance igual ou superior a 65% (sessenta e cinco por cento) somente à vista do valor atualizado da avaliação. **VENDA DIRETA:** Caso os leilões resultem negativos, o leiloeiro deverá promover a venda direta do(s) bem(ns) pelo prazo de até 03 (três) meses, ao primeiro interessado que oferecer proposta que não caracterize preço vil.

DA MODALIDADE DO LEILÃO: A alienação judicial será realizada exclusivamente na modalidade eletrônica. Os lances poderão ser ofertados a partir da data da publicação deste edital, mediante prévio cadastro e adesão, com prazo mínimo de 24 horas de antecedência, no site <https://lancejusto.com.br> (cujas regras ficam fazendo parte integrante deste edital).

DO LEILOEIRO: Sr. Galvão Adenyr Lopes Junior (Matrícula 21/333-L – JUCEPAR), devidamente nomeado pelo juízo. Maiores informações no site <https://lancejusto.com.br> ou no telefone (41) 3018-2857.

DA FORMA E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

A arrematação se fará em dinheiro à vista ou a prazo, ato em que, o arrematante, no momento da arrematação, deverá efetuar, diretamente ao leiloeiro ou mediante guia judicial, o pagamento da integralidade do lance ou a sua entrada.

DA COMISSÃO DO LEILOEIRO: A remuneração do leiloeiro será devida observada as seguintes hipóteses: a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da alienação, a ser paga pelo arrematante, não se incluindo no valor oferecido, o que deverá ser informado previamente aos interessados; b) 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo exequente, em caso de adjudicação; c) 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo executado, em caso de remição; d) 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelas partes caso entrem em acordo após a realização de leilão positivo. Em qualquer caso de invalidade da venda, serão devolvidos os valores pagos pelo adquirente.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

1) A alienação judicial é hipótese de aquisição originária da propriedade pelo adquirente, sendo que o(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) e entregue(s) livre(s) e desembaraçado(s) de qualquer ônus, inclusive os de natureza fiscal (art. 130, Parágrafo único, do CTN) e os de natureza *propter rem* (art. 908, Parágrafo 1. Do CPC); 2) O arrematante ficará responsável por promover as diligências necessárias a fim de garantir o levantamento das pendências eventualmente existente(s) sobre o(s) bem(ns) junto aos órgãos competentes. Ficarão também sob a responsabilidade do arrematante, que é restrita ao preço e custas de arrematação, eventuais emolumentos e custas relativas ao levantamento do(s) registro(s) na matrícula imobiliária, bem como despesas decorrentes de regularização, transferência, expedição de carta de arrematação, comissão do leiloeiro e imissão na posse. 3) Satisfeitas as exigências anteriores o(s) bem(ns) será(ão) entregue(s) livre(s) de qualquer (quaisquer) dívidas ou ônus, conforme preconizado no art. 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional. 4) O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram, sendo de responsabilidade do(s) possível(eis) interessado(s) realizar prévia vistoria com o(s) depositário(s) indicado(s). 5) Será responsabilidade do adquirente as despesas inerentes à eventual regularização, transferência e expedição de carta de arrematação. 6) No caso de bem(ns) móvel(eis), o adquirente arcará com o imposto



ICMS incidente sobre a venda, bem como deverá promover a remoção pelo prazo de até 48 horas, contados da sua notificação para realizar o ato, sob pena de arcar com os custos do depositário. 7) Em se tratando de bem(ns) imóvel(eis), a venda será *ad corpus*, podendo variar a metragem constante da matrícula da real área do imóvel. Responde o adquirente com os custos inerentes à imissão de posse. 8) Na hipótese de inadimplemento dos valores pelo arrematante, inclusive da comissão do leiloeiro, ficará o mesmo sujeito às penalidades previstas no art. 895, Parágrafo 4 e art. 897, ambos do Código de Processo Civil, bem como às demais sanções previstas em lei. 9) Caso não haja expediente nas datas designadas, o(s) ato(s) fica(m) transferido(s) para o próximo dia útil, no mesmo horário e local. 10) O leiloeiro, por ocasião do leilão, fica desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados.

LOTE: IMÓVEL matrícula Nº 20.849, do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Paranavaí: Lote nº 4, da quadra nº 1, do loteamento denominado Jardim Ingá, na cidade de Paranavaí, com a área de 433,20m². Distante 1,15km do terminal rodoviário no centro da cidade; local de fácil acesso, em suas proximidades encontram-se o Condomínio Delta Ville, o estabelecimento denominado “Gugão Atacado e Varejo” e a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. **CONFRONTAÇÕES:** Pela frente com 18,05 metros para a Rua Mato Grosso, por um lado com 24,00 metros para a rua “1”; por outro lado com a mesma medida, confrontando com o lote nº 3; e pelos fundos com 18,00 metros, confrontando com o lote nº 5. **BENFEITORIAS:** Não possui edificações, terreno desocupado.

AVALIAÇÃO: 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais) em 31/03/2022

ÔNUS DO IMÓVEL: PROTOCOLO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS N. 202109.2219.01829756-IA-920, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA 1. VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DE PARANAÍ, CONSIGNANDO A INDISPONIBILIDADE DE BENS DE HERIQUE SE SOUZA MORANGUEIRA.

DÉBITO EXECUTADO: R\$ 26.416,73 (mov. 278) devendo ser atualizado em momento de execução.

OBSERVAÇÃO: PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS 0008491-46.2018.8.16.0130 EM TRÂMITE NA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE PARANAÍ/PR, PROVENIENTE DOS AUTOS 0002192-29.2012.8.16.0109, EM FACE DE ABEL DE SOUZA MORANGUEIRA, PORTADOR DO CPF 056.952.959-04, PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO NO VALOR DE R\$ 184.338,12 (CENTO E OITENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E TRINTA E OITO REAIS E DOZE CENTAVOS) – ATUALIZADO ATÉ 04/01/2023.

DEPOSITÁRIO: Nada Consta

RECURSO(S) PENDENTE(S): Nada Consta

INTIMAÇÕES: Fica(m) o(s) executado(s), na pessoa(s) de seu(s) representante(s) legal(is), bem como o(s) corresponsável(is), cônjuge(s), coproprietário(s), herdeiro(s) e/ou sucessor(es), o(s) senhorio(s) direto(s), o(s) depositário(s) e o(s) credor(es) preferencial(is), por meio da publicação deste, devidamente intimado(s), caso não o seja(m) por qualquer outro meio legal.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, e em cumprimento ao artigo 887 do Código de Processo Civil, este edital será publicado na modalidade eletrônica no site <https://lancejusto.com.br>

DADO E PASSADO. Eu, Galvão Adenyr Lopes Junior, Leiloeiro Oficial Designado, que o digitei e o subscrevo, por ordem do MM. Juiz de Direito abaixo assinado.

Curitiba, 08 de Maio de 2024.

Galvão Adenyr LOPES JUNIOR
Leiloeiro Público Oficial
(assinatura autorizada pelo MM. Juízo)